



# Município de Dois Vizinhos

Dois Vizinhos, 17 de junho de 2020.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2020

REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS, PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

## DAS PRELIMINARES:

Impugnação interposta tempestivamente pela empresa **BA OFFICE COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09015414000169, com sede na Rua Major Sertório, 212, 5º. Andar conj. 51, Vila Buarque, São Paulo/SP, doravante denominada IMPUGNANTE com fulcro no disposto no art. 41 da Lei 8.666/93.

## DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A empresa impugnante contesta:

DA RESTRIÇÃO DE COMPETITIVIDADE PROVOCADA PELAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS ESTABELECIDAS PARA O ITEM **21 – FRAGMENTADORA DE PAPEL.**

## DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Requer a Impugnante:

Alteração das especificações mínimas do termo de referência, a fim de permitir produtos similares, com a aceitação de **abertura de inserção aproximada de 230 mm.**

## DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Dessa forma, o Decreto 5.450/05, em seu artigo 18, dispõe: “até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório”.

O impugnante encaminhou em tempo hábil, via e-mail, sua impugnação ao setor de licitações, portanto, merece ter seu mérito analisado, já que atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares. Acatada leta “a”.

Quanto ao mérito, cumpre esclarecer que, atendendo determinação hierárquica, restando estreita margem para alterações dos Instrumentos Convocatórios pelo responsável pela sua elaboração. Ressalta-se, ainda, que o edital foi previamente analisado pela Procuradoria Municipal, com respaldo daquela Jurídica quanto aos requisitos de legalidade das cláusulas ali dispostas. Entendemos que um dos princípios da licitação é o cumprimento da lei de licitações, entretanto, tal princípio não pode ser tomado isoladamente, antes, deve ser interpretado e sopesado conjuntamente com outros importantes princípios, tais como a razoabilidade, proporcionalidade e eficiência nas



## Município de Dois Vizinhos

---

contratações. Sendo assim, não há que se falar em ilegalidade ou alegação da existência de cláusula “comprometedora ou restritiva do caráter competitivo”, mas apenas o primado pela melhor proposta, e consequente contratação que garanta o atendimento do Interesse Público. No entanto porém, após análise do pedido, opino pelo indeferimento da impugnação pois a definição de medidas definidas no edital corresponde a especificação mínima estabelecida pelo Município, para que possa efetivamente atender a demanda, pois existem diversos documentos com a medida de 235 mm e que necessitam ser picotados para poder ser descartado. A motivação para Administração fazer a aquisição de materiais e equipamentos é atendam o interesse publico. No entanto porém existe clausula do edital “5.4 As características propostas no edital para os produtos licitados devem ser interpretadas como mínimas, podendo o Município aceitar produtos com características similares e/ou superiores, desde que comprovadas pelo proponente”.

Sendo o que se apresenta, aproveito-me do ensejo para reiterar protestos de estima e consideração.

**CLESIO FIDENCIO**

Depto. Compras

Ao Departamento de Licitações

Sr. Claudinei Shereiber